

Plenário faz homenagem aos 30 anos da Ordem DeMolay 6



Mozarildo Cavalcanti (C), ele mesmo um maçom, preside a sessão em homenagem à entidade que se dedica a formar jovens líderes e melhores cidadãos

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.408 – Brasília, terça-feira, 22 de março de 2011



Comissão avalia fórmula para eleger deputados e vereadores

Grupo encarregado de propor mudanças na legislação política e eleitoral discute hoje qual o melhor sistema para os pleitos proporcionais. Distritão, voto distrital misto, voto proporcional em lista fechada são algumas alternativas

A Comissão da Reforma Política se reúne hoje para debater um dos mais polêmicos temas na agenda: a fórmula de eleição dos deputados e dos vereadores.

Muitos senadores defendem a adoção de um sistema apelidado de "distritão", pelo qual estariam eleitos os mais votados, independentemente da filiação partidária. Mas

a proposta é acusada de beneficiar candidatos mais ricos e celebridades. Entre as próprias bancadas de diversos partidos, como o PMDB e o PSDB, não há consenso. 5

Prioridade para crimes contra jornalistas 3

Comissões debatem energia nuclear 3

Dia Mundial da Síndrome de Down é lembrado por senadores

Wellington Dias e Lindbergh Farias pedem medidas que aumentem as oportunidades para as pessoas com síndrome de Down e que também combatam o preconceito. 7

especial
Cidadania

Contagem regressiva para prestar contas ao Leão

Termina no dia 29 de abril o prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda para as pessoas físicas. Confira as informações essenciais para não errar. 8



Barack Obama, suas filhas e a esposa Michelle são recebidos no Palácio da Alvorada por Dilma Rousseff: encontro entre presidentes foi avaliado positivamente

Para senadores, visita de Barack Obama foi positiva

Os senadores fizeram ontem, em sua maioria, uma avaliação positiva em relação à passagem do presidente norte-americano, Barack Obama, pelo

Brasil, no último final de semana. A postura da presidente Dilma e a nova forma de o país se relacionar com os Estados Unidos foram destacados. 4

Presidente do Senado, que é chanceler da Ordem, afirma que a educação é um problema não apenas do Brasil, mas que afeta todos os seres humanos. Cerimônia no Planalto premiou 11 professores de diferentes estados

Sarney participa de entrega da Ordem do Mérito a educadoras brasileiras

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da entrega da Ordem Nacional do Mérito a 11 educadoras de diferentes estados que se destacaram pela atuação em prol da educação.

– A educação é realmente o principal problema não só do Brasil, mas de todo o ser humano – disse Sarney, que é chanceler da Ordem.

A solenidade integra as festividades pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março) e atende, segundo a presidente Dilma Rousseff, a duas diretrizes de governo: a valorização do profissional de educação e também das mulheres. Essa foi a primeira vez que educadoras brasileiras receberam a Ordem.

Em nome das premiadas, a professora Aurina Oliveira Santana disse que “somente a educação vai construir um país melhor e mais igualitário”.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou que o principal problema da educação no Brasil é a falta de reconhecimento dos professores. Para ele, con-



Dilma Rousseff, Haddad, Sarney e o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci (D), durante a cerimônia de entrega da Ordem

decorações desse tipo valorizam os profissionais de educação.

– Uma condecoração como essa tem uma importância muito grande para esses professores que a receberam, mas repercute também entre os outros 2 milhões de professores e professoras do Brasil – assinalou.

Dilma destacou a ansiedade do governo em ver aprovado o Plano Nacional de Educação, atualmente na Câmara.

Além de ressaltar a expectativa pela aprovação do plano, o ministro da Educação, Fernando Haddad, assinalou como avanço recente no setor a aprovação pelo Congresso Nacional do piso salarial nacional para os profissionais da educação básica.

Cristovam Buarque também defendeu um Plano Nacional de Educação mais ambicioso, que revolucione o setor no Brasil.

– O plano nacional não tem

nenhum trem-bala. Está precisando de mais ambição e mais propostas concretas e eu espero que, no Senado, nós consigamos fazer isso – disse, ao compará-lo ao Plano Nacional de Viação.

A Ordem Nacional do Mérito é uma das mais importantes honrarias do Brasil, conferida a cidadãos que, “pelas suas virtudes e mérito excepcional, tenham se tornado merecedores dessa distinção.”

Biografia de Sarney será lançada hoje

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) registrou o lançamento da biografia do presidente do Senado, José Sarney, que ocorrerá hoje, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília.



Wilson Santiago

O livro de Regina Echeverria, disse Santiago, traça um retrato humano de Sarney, ao mesmo tempo em que trata do escritor, do acadêmico e do político. A autora também escreveu a biografia de outras personalidades como os cantores Luiz Gonzaga, Gonzaga Júnior e Elis Regina e do fotógrafo Pierre Verger. Essa, entretanto, é a primeira vez que ela faz uma incursão no universo político, explicou o senador. A obra reúne mais de 180 entrevistas e consultas a arquivos oficiais, pessoais e de veículos de comunicação, chegando a uma mescla da história do Brasil com a trajetória do maranhense que chegou à Presidência da República.

Livro do Senado conta história das bandeiras do país

Em 19 de novembro de 1908, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara rejeitou projeto do deputado Venceslau Escobar que suprimia a bandeira nacional a zona branca com a legenda “Ordem e Progresso”. A decisão de encaminhar para o arquivo essa proposição fez com que aquela data passasse a ser comemorada como o Dia da Bandeira.

Essa é uma das histórias que o pesquisador Derly Halfeld Alves narra no livro *Bandeiras Nacional, Históricas e Estaduais*, o mais novo lançamento do Conselho Editorial do Senado.

Oficial reformado do Exército brasileiro, professor e pesquisador, Derly Alves vasculhou bibliotecas, correspondeu-se com funcionários e autoridades dos mais diversos escalões da administração pública das 27 unidades da Federação e recolheu informações das mais variadas



Lançamento é assinado pelo pesquisador Derly Halfeld Alves

fontes para concluir a sua obra. Ele também analisou cerca de 200 bandeiras de vários países.

Quando dirigia a Loja Maçônica Fraternidade Brasileira de Estudos e Pesquisas, de Juiz de Fora (MG), Derly Alves comandou um grupo de trabalho que tinha como objetivo principal esclarecer a dúvida quanto ao segundo verso do estribilho do Hino à Bandeira, cujo poema é de Olavo Bilac. Havia divergências no teor da letra em publicações e gravações, o que nunca foi resolvido.

Senado negocia transmissão da TV em Belém

Começaram ontem os entendimentos para a transmissão dos sinais da TV e da Rádio Senado em Belém, com a utilização da estrutura técnica da Fundação de Telecomunicações do Pará (Funtelpa).

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB), Marinor Brito (PSOL) e Mario Couto (PSDB) e o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, reuniram-se em Belém com o governador Simão Jatene para tratar do tema.

A princípio, a programação será transmitida apenas para a capital, mas poderá ter alcance maior no futuro. A ideia é firmar um convênio que permita o compartilhamento de programação entre as emissoras do Senado e as da Funtelpa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prorrogação de contratos dos Correios

14h A sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto (PLV 5/11), proveniente da Medida Provisória 509/10, que prorroga os contratos de franquias de serviços dos Correios.

Presidência Lançamento de biografia

16h José Sarney preside a ordem do dia em Plenário. Às 19h, acompanha lançamento do livro *Sarney – a biografia*, de Regina Echeverria, no Centro Cultural Banco do Brasil. Às 21h, participa de jantar pelos 45 anos do PMDB.

Seminário Direito Sanitário em debate

8h30 Começa hoje o seminário *Direito Sanitário: o direito à saúde na produção legislativa*, parceria do Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado com a Fundação Oswaldo Cruz, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

CDH Combate à fome e à miséria

9h Para debater as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria, a Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública. Foram convidados a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; o coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty, Milton Rondó Filho; e a diretora da OIT no Brasil, Lais Wendel Abramo.

CAE Política monetária e cambial

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, vai falar sobre política monetária, creditícia e cambial em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Ensino técnico profissionalizante

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte vota, entre outros, requerimento para realização de audiência pública sobre a situação da qualidade do ensino técnico profissionalizante.

Reforma Sistemas eleitorais

14h O debate sobre sistemas eleitorais e coligação na eleição proporcional está na pauta da Comissão de Reforma Política.

CCJ Reforma administrativa

18h30 Reunião da subcomissão temporária, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para analisar o projeto que altera o regulamento administrativo do Senado. Os senadores vão ouvir o diretor internacional da Fundação Getúlio Vargas, Bianor Scelza Cavalcanti; o coordenador de Elaboração de Projetos, Marcus Vinícius Rodrigues; e o consultor Frederico Lustosa.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Entre os senadores Flexa Ribeiro, Mário Couto e Marinor Brito, Simão Jatene (C) ouve o secretário de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita (E)

CCJ deve examinar amanhã proposta que estabelece preferência no Tribunal do Júri para os casos de assassinatos de profissionais da imprensa

Prioridade para julgamento de crimes contra jornalistas

ENTRE AS OITO matérias na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, está a proposta que estabelece preferência na pauta de julgamentos do Tribunal do Júri para os homicídios de jornalistas em razão da profissão.

Segundo o autor do projeto (PLS 167/10), o então senador Roberto Cavalcanti, a liberdade de imprensa deve ser compreendida como uma condição "essencial da democracia", prevista constitucionalmente. Portanto, segundo afirma, cabe "à lei processual penal adotar mecanismos e procedimentos condizentes com esse valor primordial dos regimes democráticos".

O relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou voto pela aprovação da matéria.

Em 2010, em todo o mundo, foram assassinados, durante o exercício da profissão, 94 jornalistas, conforme relatório da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). Desde 1990, quando começou a fazer o relatório anual, até o ano passado, a entidade registrou a morte de um total de 2.271 profissionais de imprensa no exercício da atividade.

Segundo informações da entidade, o Paquistão ficou com o pior índice de segurança para os trabalhadores de comunicação em 2010, com 16 mortes, seguido do México e de Honduras, que registraram, cada um, dez mortes de jornalistas. Apesar da redução da quantidade de mortes com relação a 2009, a direção da Federação Internacional de Jornalistas alega que esse número ainda é alto,

denotando haver grandes riscos em determinadas regiões para o exercício do jornalismo.

A organização não governamental internacional Repórteres Sem Fronteiras informa que o Paquistão continua sendo um dos países mais perigosos para o exercício da profissão. Segundo a FIJ, a maioria dos jornalistas foi vítima de atos violentos causados pelas guerras contra as milícias no Paquistão, os cartéis das drogas no México e os conflitos políticos em Honduras.

A lista dos jornalistas assassinados em 2010 divulgada pela FIJ aponta duas mortes no Brasil: do jornalista esportivo Clóvis Silva Aguiar, da TV Capital, de Imperatriz (MA), no dia 24 de junho; e do radialista Francisco Gomes de Medeiros, da Rádio Caicó AM, no dia 18 de outubro.



O jornalista potiguar Francisco Gomes de Medeiros, da Rádio Caicó, foi morto em 18 de outubro de 2010, por causa de uma reportagem sobre um assalto

Sarney espera votar amanhã a MP dos Correios

O presidente do Senado, José Sarney, disse acreditar que a medida provisória (MP 509/10) que prorrogou, até 30 de setembro de 2012, os contratos de franquias de serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que ainda não foram licitados ou são questionados na Justiça será votada até amanhã, quando expira sua validade. A matéria tranca a pauta do Senado e consta da ordem do dia de hoje.

– Até porque essa [MP] chegou dentro do prazo que havíamos estabelecido de cinco dias antes de sua expiração – disse o senador.

A tramitação de medidas provisórias tem gerado insatisfação entre os senadores. Na semana passada, para firmar o descontentamento com o prazo apertado para a avaliação dessas matérias, o Plenário da Casa rejeitou a MP 508/10 e enviou de volta para a Câmara a MP 507/10, que perdeu a validade.

Programa nuclear brasileiro é tema de dois debates amanhã

A segurança das usinas atômicas brasileiras e o programa para geração de energia nuclear no país serão discutidos em duas audiências públicas que reunirão senadores das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Serviços de Infraestrutura (CI), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O primeiro debate acontece

amanhã, às 9h, quando serão ouvidos o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, e o diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Laercio Antonio Vinhas.

A segunda audiência pública será no mesmo dia, às 14h. Participam do segundo debate o ex-presidente da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa; o ex-ministro da

Educação José Goldemberg; e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Aquilino Senra Martinez.

– Essa rodada de discussões com autoridades públicas e renomados cientistas será muito importante para obtermos um retrato da questão nuclear no país e acompanharmos esse tema com muita responsabilidade – explica o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que pre-

sida a CMA.

Rollemberg, Lúcia Vânia (PSDB-GO), que preside a CI, e Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, também querem discutir por que ampliar o número de usinas nucleares, qual a melhor tecnologia nessa área, quais as medidas de segurança adotadas no país e qual a importância do desenvolvimento tecnológico nesse setor para o Brasil.



Usina de Angra dos Reis: senadores querem saber se vale a pena ampliar o programa nuclear e quais as medidas de segurança do país para evitar o risco de acidentes

Comissão analisa projetos para controle de licitações e crédito

O projeto que prevê o controle da legalidade dos atos administrativos, sobretudo de licitações, também está entre os itens a serem analisados na próxima reunião da CCJ. A proposta (PLS 218/10) foi sugerida pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal e encaminhada inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o relator na CCJ, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), com a aprovação do projeto, serão dificultadas práticas hoje disseminadas, como o grande número de dispensas e inexigibilidade de licitação nas compras e obras públicas, bem como o superfaturamento dos valores de contratos públicos.

Outra proposta que poderá ser apreciada amanhã pela CCJ torna crime de responsabilidade do presidente da República a abertura de crédito extraordinário que não seja destinado a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Atualmente, a lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento (Lei 1.079/50) prevê, no décimo

artigo, 12 casos de crime contra a lei orçamentária. O projeto de lei (PLS 475/08), de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), acrescenta mais um dispositivo – o de número 13 – para prever o novo crime.

A CCJ também deve votar nesta quarta, em turno suplementar, proposta que suspende automaticamente os prazos para apresentação de impugnação e dos recursos próprios do processo administrativo fiscal durante as festividades de final de ano, mais

especificamente entre os dias 20 de dezembro e 10 de janeiro subsequente.

O projeto (PLS 481/08), de autoria do então senador Raimundo Colombo, foi aprovado em forma de substituí-

do, em decisão terminativa, na última reunião da comissão.

Também está na pauta da CCJ a proposta que institui o Prêmio Brasil de Comunicação Pública, que tem por objetivo reconhecer os melhores trabalhos realizados por órgãos e profissionais de comunicação pública.

De acordo com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 136/10, caberá ao governo federal definir a data de entrega, os tipos de prêmios a serem concedidos e a composição da comissão julgadora.

Propostas querem ordenar dispensas de licitação e abertura de créditos orçamentários

Mozarildo quer intercâmbio na Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que as relações entre os Estados Unidos e o Brasil poderão experimentar novos tempos e defendeu que os estados da Amazônia Setentrional sejam incluídos na agenda de intercâmbio entre os dois países.

– Mesmo localizados geograficamente mais próximos dos Estados Unidos, nós, do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, não dispomos de uma política federal que facilite o intercâmbio comercial com aquele país, afirmou. Ele também defendeu o intercâmbio com os países do Mercosul, da América Central, Canadá, México e Venezuela.

Cristovam elogia Catar por prêmio para a educação



Cristovam

Se o Brasil pode ser exemplo para os países árabes no que diz respeito à democracia, como sugeriu o presidente

Barack Obama, o Catar pode servir como modelo ao governo brasileiro sobre como utilizar os recursos obtidos com as riquezas do petróleo. A tese foi defendida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao cumprimentar aquele emirado do Oriente Médio pelo lançamento de um prêmio de US\$ 500 mil que será oferecido anualmente ao autor individual ou grupo que elaborar o melhor projeto ou política que sirva como modelo para a educação em escala mundial.

Gilvam agradece apoio de Lula ao Amapá



Gilvam Borges

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) agradeceu o tratamento dado a seu estado no governo Luiz Inácio Lula da Silva e disse que espera o mesmo no governo de Dilma Rousseff.

O parlamentar ontem afirmou que o governo Lula atendeu a “projetos absolutamente vitais” para o Amapá, citando o programa Luz para Todos e a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

O senador citou, entre outras, as obras realizadas nas rodovias BR-156 e BR-210; a construção do Porto de Santana; e a transferência de terras da União para o estado.

Senadores avaliam visita de Barack Obama ao Brasil

A visita do presidente norte-americano, Barack Obama, ao Brasil no último final de semana foi um marco nas relações entre os dois países e mostrou um amadurecimento evidente na posição brasileira em relação à maior potência mundial. Essa é opinião da maioria dos senadores, que, ontem, em Plenário, destacaram os principais pontos da visita.

Eduardo Suplicy exaltou o novo e elevado nível de amizade entre Brasil e EUA, mas disse esperar ainda que Obama anuncie o fim do bloqueio econômico a Cuba. Paulo Paim e Pedro Simon elogiaram a postura da presidente Dilma Rousseff e Alvaro Dias afirmou que o país mostra agora um “pragmatismo maduro” que não havia durante o governo Lula.



Presidente Barack Obama discursa no Theatro Municipal do Rio: maioria dos senadores avaliou positivamente a visita

Suplicy ainda espera fim do bloqueio a Cuba

“A amizade entre o Brasil e os Estados Unidos alcançou um novo nível com essa visita de Barack Obama”, avaliou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que, no entanto, expressou pelo menos uma expectativa frustrada: a de ouvir Obama anunciar que iniciaria o processo para acabar com o bloqueio econômico a Cuba.

O senador disse que continuará aguardando um pronunciamento a respeito de Cuba ainda na visita de Obama pela América Latina. Suplicy declarou que será significativo se a intenção de acabar com o bloqueio for anunciada em El Salvador, na presença do presidente Mauricio Funes, político considerado progressista.

– Quem sabe ele possa anunciar o fim dos muros que separam os EUA do México e de toda a América Latina para que todos possam ir e voltar com maior liberdade? A decisão de acabar com o bloqueio a Cuba poderia até estimular aquele país, como parece que já está acontecendo, a libertar dissidentes por opiniões – afirmou Suplicy.



Suplicy torce para que Obama anuncie decisão durante a atual viagem



Vital aponta timidez em posição sobre apoio a pleito do Brasil

Vital do Rêgo: disposição para ampliar relações

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) avaliou como “extremamente positiva” a visita do presidente norte-americano, Barack Obama, e seu encontro com a presidente Dilma Rousseff. Para o senador, os discursos de Dilma e Obama demonstraram a disposição de ambos em melhorar e ampliar as relações entre os países.

No entanto, segundo o parlamentar, apesar de Dilma ter cobrado “com firmeza” apoio dos Estados Unidos para o Brasil conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), as palavras de Obama foram tímidas nesse sentido.

Vital do Rêgo disse que esperava uma posição mais firme e enfática do presidente norte-americano de apoio à pretensão brasileira de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança.

Paim vê na visita inspiração para um novo Brasil

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que a visita de Barack Obama ao Brasil é “uma inspiração para a nova concepção de país que estamos construindo”. Para ele, a “nova política externa” iniciada por Lula e encaminhada pela presidente Dilma Rousseff está num “patamar avançado de concretização de relações e de abertura de novas parcerias”.

– Se antes tínhamos simplesmente relações ideológicas, hoje estamos além da econômica, centrados e com o horizonte nas relações humanas e nos direitos dos homens – avaliou.

Paim citou entre as transformações que o Brasil estaria vivendo a inclusão social, o aprofundamento da democracia, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para ele, a visita de Obama é uma demonstração de reconhecimento a essas transformações.

Paim também destacou a atuação “firme, cordial e sem pretensão” da presidente Dilma Rousseff.



Paim também elogia atuação “firme, cordial e sem pretensão” de Dilma

Para Simon, Dilma “saiu-se muito bem”

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a presidente Dilma Rousseff “saiu-se muito bem em seu primeiro gesto internacional”.



Pedro Simon

Simon elogiou tanto a postura frente ao presidente norte-americano, como também a abstenção do Brasil na votação, na Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea na Líbia.

Simon disse que Dilma, no discurso frente a Obama, “foi muito sóbria, objetiva, mostrou a posição do país, falou em pé de igualdade, mostrou as nossas teses, os nossos princípios”.

Alvaro elogia pragmatismo maduro do país

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a visita de Obama restabelece os canais de comunicação entre os dois países, que teriam sido prejudicados durante o governo Lula.



Alvaro Dias

Alvaro considerou positivas as perspectivas que se abrem com a adoção de um “pragmatismo maduro” por parte do Brasil em suas relações com os EUA.

– Há, obviamente, uma tarefa de se recuperar terreno e reverter esse quadro de desvantagem na balança comercial, tão acentuada como ocorre atualmente.

Para Randolfe, falta mudança de rumos

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) expressou sua frustração com a visita de Barack Obama, pela ausência de uma declaração mais incisiva a respeito da inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.



Randolfe

– Ouvi a apresentação dele no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Vi realmente a atuação de um *pop star* com um *show* organizado. Esperávamos uma mudança nos rumos da política externa dos Estados Unidos. Mas faltou uma demonstração concreta de multilateralidade.



Paulo H. Convelho/Senado Federal

Evento promovido pelo Sindilegis e pelas associações dos consultores do Senado, da Câmara e do TCU foi aberto ontem

Seminário debate os desafios do Poder Legislativo

Sistema eleitoral e partidário, representação política, carreira parlamentar, qualidade da democracia e função fiscalizatória do Legislativo são alguns temas em discussão no seminário *Desafios do Poder Legislativo*. O evento, realizado na Câmara dos Deputados, foi aberto na manhã de ontem e se encerra hoje, às 18h30.

O seminário é uma promoção das associações dos consultores do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU), e do Sindicato dos Servidores do Legislativo Federal (Sindilegis).

Na abertura do seminário, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu a reformulação do sistema eleitoral brasileiro, para permitir que pessoas realmente interessadas no bem público possam assumir um mandato eletivo.

Na manhã de ontem, os debates foram centrados nos temas sistema eleitoral e partidário e representação política. Na primeira mesa, realizada no Auditório Nereu Ramos, foram analisadas a nova relação Legislativo-Executivo, a evolução da agenda legislativa e a reforma política.

Desempenho

À tarde, esteve em discussão a função fiscalizadora do Legislativo e a qualidade da democracia. O objetivo foi avaliar o desempenho do Congresso Nacional em sua função de fiscalização, bem como as dificuldades que enfrenta para acompanhar os atos dos demais Poderes.

Na manhã de hoje, será discutida a carreira parlamentar e a renovação do Legislativo. À tarde, estará em debate o desempenho do Legislativo no Brasil por meio dos conceitos de cultura cívica e política.

Os participantes debaterão como a exposição na mídia pode favorecer a eleição de parlamentares, o baixo nível de lembrança do eleitorado sobre seus representantes e a pouca confiança da população nos parlamentares e no Congresso Nacional.

Comissão discute hoje forma de eleições proporcionais

Proposta de escolha de deputados e vereadores pelo "distritão" é apoiada por alguns senadores, mas recebe críticas porque favoreceria os mais ricos e os mais famosos

DEFENDIDA POR ALGUNS senadores do PMDB, a proposta de eleger vereadores, deputados estaduais e federais por meio do voto majoritário dentro de cada município ou estado – modelo chamado de "distritão" – divide opiniões mesmo dentro do partido. A forma de eleição dos mandatos proporcionais será debatida hoje pela Comissão de Reforma Política.

Alguns veem a proposta do distritão como única alternativa viável ao sistema atual, o voto proporcional em lista aberta. Outros acreditam que vai enfraquecer os partidos, encarecer as campanhas e favorecer os mais ricos e as celebridades.

Hoje, vereadores e deputados são eleitos levando em conta os votos recebidos por cada um e o conjunto de votos obtidos por seus partidos. A legenda com mais votos elege mais representantes. O distritão simplificaria a eleição: seriam eleitos os mais votados, independentemente de partido.

O distritão é uma variação do voto distrital. A principal diferença é que, no distrital, cada estado é subdividido em tantos distritos quantos forem as vagas a que tiver direito na Câmara, e cada distrito elege o candidato mais votado.

Outro sistema em debate é o voto proporcional em lista fe-

chada. Nele, os eleitores votam apenas no partido. O nome dos candidatos constará de uma lista organizada antes das eleições por cada partido. Os eleitos serão aqueles que estiverem nos primeiros lugares da lista, até o limite de vagas conquistadas pela legenda. Hoje, a lista não é definida previamente, mas construída de acordo com os votos recebidos por cada candidato do partido.

Por fim, está em debate também o chamado voto distrital misto, que combina o voto distrital com o voto em lista fechada. Nesse caso, parte das vagas é decidida segundo um dos sistemas, e outra parte, pelo outro.

Eduardo Braga: maioria do PMDB é pelo distritão

A maioria dos senadores do PMDB considera o distritão a solução mais viável para o país neste momento. A avaliação é do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que representa o partido na Comissão de Reforma Política. Na opinião do parlamentar, mesmo aqueles que não se colocam em favor da proposta já se mostram dispostos a apoiá-la.

– Eu mesmo defendo o voto distrital misto, mas compreendo que, neste momento, não é muito fácil implantar esse sistema – disse o parlamentar, ao manifestar posição favorável ao distritão. Eduardo Braga ressaltou, no entanto, que a discussão em torno de mudanças no sistema eleitoral brasileiro "ainda está amadurecendo".

Dividido, PSDB pretende chegar a consenso hoje

A bancada do PSDB ainda não decidiu se fechará posição em torno de uma proposta de sistema eleitoral, uma vez que há entre os parlamentares tucanos duas preferências: o distrital puro e o distrital misto. Defensora desse último sistema eleitoral, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) acredita que o partido chegará a um entendimento.

– É nosso dever ouvir cada um e conhecer os diferentes argumentos. Esse contraditório é importante, mas não impede que haja um consenso que representaria o partido como um todo.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse acreditar que o partido chegará a uma posição comum hoje, quando a Comissão de Reforma Política discutirá o tema.

PT defende manutenção do sistema proporcional

O senador Wellington Dias (PT-PI) defenderá na comissão a posição anunciada pelo PT: manutenção do sistema proporcional, mas com voto em lista partidária ordenada pelos partidos, e o financiamento público de campanha.

– Queremos o fortalecimento dos partidos; a democratização do sistema eleitoral, para que todos tenham o direito de se candidatar e defender suas ideias; e a adoção de regras que acabem com a insegurança jurídica na legislação eleitoral brasileira – disse.

Jorge Viana (PT-AC) vai propor que seja definido um valor máximo para gastos na campanha e um mecanismo para assegurar que sejam eleitos candidatos bem votados ligados a partidos que não atingiram o quociente eleitoral.

Sarney quer o fim dos "partidos ocasionais"

Um dos objetivos da reforma política em exame no Legislativo é evitar o surgimento de "partidos ocasionais", lembrou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao comentar a anunciada criação do Partido Social Democrático (PSD). Para o senador, a criação e extinção constante de legendas geram instabilidade política.

– Uma das coisas justamente que queremos alcançar é que os partidos existam, e existam definitivamente; não sejam partidos ocasionais – assinalou o presidente do Senado.

O PSD foi lançado publicamente no domingo, em Salvador, com a presença de seu idealizador, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e outros ex-integrantes do DEM.

Distritão é retrocesso, diz Valadares

A proposta de eleição majoritária tendo o estado como circunscrição eleitoral, para o caso de deputados, ou o município, para o caso de vereadores, é uma volta à época do Império, na avaliação do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele afirma que regra semelhante estava prevista na chamada Lei Saraiva, denominação dada em homenagem ao ministro do Império José Antônio Saraiva, responsável por mudanças nas regras eleitorais previstas no Decreto 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

Valadares considera que o distritão será um retrocesso por retomar um sistema eleitoral vigente quando não havia uma organização partidária legítima. Para o senador, se adotado, o distritão promoverá o enfraquecimento dos partidos e das propostas das legendas para o desenvolvimento do país.

– Distritão é para acabar com o partido, é a máxima do populismo – diz Valadares.

Integrante da Comissão de Reforma Política, ele defende o sistema proporcional "com lista preordenada e financiamento público de campanha". Esse sistema, prevê o parlamentar, irá fortalecer os partidos e reduzir o custo das campanhas eleitorais.

Simon teme que modelo favoreça os mais ricos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) se diz temeroso de que o voto majoritário para deputados federais e estaduais, tendo o estado como circunscrição eleitoral – o chamado distritão –, favoreça os candidatos que têm mais dinheiro e as celebridades do momento.

– Vai ganhar a eleição o candidato mais endinheirado, o jogador que está na moda, um delegado que teve uma atuação excepcional. Será uma irracionalidade – disse.

Simon se diz "radicalmente contra" esse sistema eleitoral por considerar que, se adotado, o distritão transformará a eleição "numa guerra".

O senador também considera que o sistema tornará as eleições muito mais caras, pois, para obter o maior número de votos, o candidato terá de fazer campanha em todo o estado, ir a todos os municípios, como numa eleição para governador.

Como vantagem do distritão, ele aponta sua fácil implementação, sem necessidade de divisão do território, como no sistema distrital, ou a definição da lista de candidatos do partido, como no proporcional com lista fechada. Mas acrescenta que o sistema deixará as eleições sob controle do poder econômico.

Homenageada pela primeira vez no Senado, entidade filosófica atua na formação de jovens entre 12 e 21 anos em valores familiares e patrióticos

Senado celebra as três décadas de atuação da Ordem DeMolay no Brasil

EM SESSÃO ESPECIAL realizada na manhã de ontem, o Senado celebrou os 30 anos de atuação no Brasil da Ordem DeMolay, entidade filosófica ligada à Maçonaria para transmitir seus princípios a jovens do sexo masculino de 12 a 21 anos de idade.

Proposta por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a homenagem foi realizada pela primeira vez no Senado. Seis representantes da Maçonaria discursaram durante a sessão, destacando os princípios de fraternidade, filantropia, respeito filial e amor à pátria defendidos pela instituição.

Esses foram os valores sublinhados também por Mozarildo Cavalcanti, primeiro orador da sessão, que chamou a atenção para o papel da Ordem DeMolay na construção de uma sociedade mais justa, mais igual e mais fraterna.

– Os jovens integrantes dessa ordem aprendem os princípios que norteiam um cidadão preocupado com a família, a sociedade e a pátria. Os jovens da Ordem DeMolay podem até não entrar depois na Maçonaria, mas estarão preparados, porque esta é uma instituição que forma líderes capazes de servir à comunidade e ao país – disse o senador pouco antes de abrir a sessão.

Compuseram a mesa, presidida por Mozarildo Cavalcanti, os maçons José Eduardo de Miranda, secretário-geral do Grande Oriente do Brasil; Alberto Mansur, fundador da Ordem DeMolay no Brasil; Yhury Guimarães, representando o grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay no Brasil, Carlos Eduardo Braga; Jafé Torres, grão-mestre do Grande Oriente do Distrito Federal; Wilson Barbosa Júnior, grão-mestre do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil; e Max Rodrigues Pereira, grande inspetor-geral da Ordem DeMolay no Brasil.



Fotos de Genalbo Magaldi/Senado Federal

Integrantes exibem estandartes durante a sessão especial em homenagem aos 30 anos de atuação da Ordem DeMolay

Entidade tem mais de 205 milhões de membros

Amor filial, reverência pelo sagrado, cortesia, fidelidade, pureza, companheirismo e patriotismo. Esses são os sete princípios que norteiam a atuação da Ordem DeMolay, instituição patrocinada pela Maçonaria e destinada à formação de jovens do sexo masculino dos 12 aos 21 anos.

A defesa desses valores, que concorrem para “o engrandecimento da família, da fé e da pátria”, foi destacada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na sessão especial do Senado Federal em comemoração do Dia Nacional DeMolay no Brasil.

Depois de observar que esse organismo atua no país desde 1980, o senador informou que o Dia Nacional DeMolay no Brasil foi instituído no Brasil pela Lei 12.208, aprovada no ano passado.

Segundo Mozarildo, dos 205 milhões de membros espalhados por 14 países, mais de 200 mil são brasileiros. Autor do requerimento de homenagem, o parlamentar assinalou que coube ao maçom Alberto Mansur trazer a ordem para o país.

Se a fraternidade e o companheirismo são vistos pelos DeMolay como diferenciais na

vida dos líderes e determinantes para seu destino, a defesa da liberdade religiosa, civil e intelectual orienta sua forma de atuação, disse o senador.

Mozarildo ressaltou que a homenagem à entidade “representa um reconhecimento mais que justo do trabalho da ordem pela formação de jovens segundo elevados valores morais e espirituais”.

– Se as nossas potências maçônicas investissem só na juventude, já estariam garantidos, com certeza, um país e uma sociedade mais justa, igual e fraterna – afirmou.



Mozarildo Cavalcanti com o líder maçônico Alberto Mansur, fundador da Ordem DeMolay no Brasil

Organização se empenha em formar líderes

A Ordem DeMolay continuará empenhada em promover seus princípios entre os jovens brasileiros e oferecer sua contribuição para que o país conquiste um futuro mais brilhante. O compromisso foi assumido ontem por dirigentes da ordem.

– Somos uma instituição criada com o propósito de formar líderes e melhores cidadãos entre os jovens – destacou Wilson José Barbosa Júnior, grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay.

Ao falar das atividades da organização, Barbosa Júnior destacou a Campanha Nacional pelo Cadastro de Doadores de Medula Óssea. Em parceria com o Hospital do Câncer de Barretos, esse trabalho resultou no registro de mais de 100 mil doadores, cerca de 8% do cadastro total de doadores no Brasil. Em retribuição, o hospital batizou uma nova ala com o nome Ala Ordem DeMolay.

A sessão comemorava o Dia Nacional DeMolay, celebrado em 18 de março e incluído no calendário de datas oficiais por lei sancionada no ano passado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O registro foi feito por Yhury Guimarães, grande secretário maçom que representava no evento a direção da Ordem.

O Dia Nacional DeMolay se reporta à data da morte de Jacques DeMolay, personagem que inspirou a organização. Ele foi o último mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários, levado à fogueira pela Inquisição em 18 de março de 1314, depois de se recusar a assumir culpa por atividades anticristãs.

Homenagens

Na sessão, foram homenageadas pessoas que vêm contribuindo com a Ordem DeMolay, a começar pelo líder maçom Alberto Mansur, fundador da organização no país, agraciado com uma placa que destacava sua iniciativa. Mansur disse que a Maçonaria no Brasil se restringia ao encontro dos maçons e que ele se entristecia com a falta das famílias nas atividades, como viu acontecer em visita aos Estados Unidos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Gilvam Borges • Pedro Simon • Mozarildo Cavalcanti • Gleisi Hoffmann • Ricardo Ferraço • Randolfe Rodrigues • Paulo Paim • Lídice da Mata • Lindbergh Farias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvano Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marisa cobra mais atenção ao uso da água no Brasil

Na véspera do Dia Mundial da Água, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ontem que está na hora de cobrar do governo federal mais atenção com relação à utilização da água no Brasil. Ela

afirmou que 40% da água captada no Brasil é desperdiçada.

Para a senadora, o Brasil precisa utilizar melhor os recursos que possui, citando a Lei 9.433/97, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Lembrou também que a Agência Nacional das Águas (ANA) é dedicada exclusivamente à questão.

Marisa afirmou que a cobrança pelo uso ainda acontece de maneira incipiente, apesar do progresso obtido em alguns municípios e estados.



Marisa Serrano

Moreira Matiz/Senado Federal

Acir pede ação federal nos conflitos em Jirau

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou ontem que o tratamento em pé de igualdade que o Brasil busca receber dos Estados Unidos, como se aventou durante a visita do presidente Barack Obama, só ocorrerá quando o país conseguir controlar e arbitrar conflitos como o da Usina de Jirau, em Rondônia, que ameaça a segurança energética do país.

– É imprescindível que se levante os reais motivos que levaram ao motim e à paralisação das obras em Jirau, que os responsáveis sejam penalizados, e que o governo tome uma atitude mais enérgica diante de toda a situação.



Acir Gurgacz

Moreira Matiz/Senado Federal

Vanessa comunica resoluções do Comitê Central do PCdoB

Resoluções aprovadas pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil foram comunicadas por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). De acordo com a senadora, a legenda reafirmou, em reunião do Diretório Nacional nesse fim de semana em São Paulo, seu apoio ao governo Dilma Rousseff.

O partido – que já se prepara para comemorar 90 anos de atividade em março de 2012 – defende que o país busque alternativas ao aumento de juros para o combate à inflação, e uma taxa de investimen-

tos de 25% do produto interno bruto (PIB). Vanessa também informou que o PCdoB advoga o controle do capital financeiro externo especulativo, com quarentena desses recursos e taxas mais efetivas, e uma reforma tributária.



Vanessa Grazziotin

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Wellington: é preciso vencer preconceito contra a Down

O Dia Internacional da Síndrome de Down é celebrado desde 2006. Segundo o senador, estima-se que no Brasil nascem, por ano, cerca de 8 mil bebês com a alteração genética

AO CELEBRAR EM Plenário, ontem, o Dia Internacional da Síndrome de Down, Wellington Dias (PT-PI) defendeu a melhoria na rede pública de atendimento a portadores da síndrome. No entanto, salientou o senador, um dos maiores avanços que se precisa alcançar é a superação do preconceito contra as pessoas afetadas pela síndrome.

– Faltam, além de pessoas com a devida qualificação, equipamentos ainda para muitas escolas, adaptações em locais públicos e unidades de saúde. Temos de lutar para mudar nossa cultura. O que mais precisamos, neste momento, é vencer o preconceito – disse.

O senador relatou os avanços no atendimento aos portadores da síndrome de Down no Piauí, mas lamentou o tratamento dado pela sociedade em geral.

Wellington Dias informou ainda a realização, pela Câmara dos Deputados, de uma série de eventos relativos ao Dia Internacional da Síndrome de Down, a começar por um seminário ontem.

Ele explicou que a data – dia



Brizza Cavalcante/CO

Atores da Associação Namastê, ontem na Câmara: Wellington Dias defende melhoria no atendimento de saúde a portadores

21 do terceiro mês – foi escolhida como referência ao fato de que as pessoas com a síndrome de Down têm uma alteração genética chamada trissomia: no local do par de cromossomos 21, apresentam três.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Lindbergh Farias parabenizaram Wellington Dias pelo pronunciamento.



Moreira Matiz/Senado Federal

Lindbergh pede aprofundamento da inclusão social

As pessoas com deficiência ainda sofrem muito preconceito, e a inclusão social desses brasileiros, embora em andamento, precisa ser aprofundada e ampliada, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ), ao celebrar ontem o Dia Internacional da Síndrome de Down. O senador elogiou o deputado Romário (PSB-RJ) que organizou, na Câmara, um ato com presença de parlamentares, especialistas, pessoas com a síndrome e seus pais, para lembrar a data.

Pai de Beatriz, que tem a síndrome, Lindbergh afirmou que ter um parente com Down não é um problema nem um fardo, mas o pre-



Lindbergh: preconceito ainda é grande

conceito e a falta de oportunidades dificultam a luta dessas pessoas por seus direitos e sua autonomia.

O senador disse que ainda há

muito a conquistar no que se refere ao acesso dessas pessoas a tratamentos de saúde e à conscientização da sociedade pela sua inclusão na rede regular de ensino. Lindbergh informou já ter conversado com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a necessidade de um protocolo nacional para o atendimento de pessoas com Down, que enfrentam problemas musculares, auditivos e de coração, e outras questões típicas da síndrome.

– Grande parte dos pediatras, dos médicos, não conhece as especificidades, os cuidados que devem ser tomados – disse.

Moreira Matiz/Senado Federal



Luiz Henrique

Luiz Henrique vê risco ao setor industrial do país

Luiz Henrique (PMDB-SC) alertou para o “grande risco de desindustrialização” do país devido aos gargalos tributários e logísticos, além da falta de investimento em inovação.

– Muitos empresários estão tendo que optar por comprar produtos de outros países, uma vez que toda a estrutura de tributos e encargos não lhes permite fazer um produto competitivo – disse o senador.

Moreira Matiz/Senado Federal

Ferraço elogia secretaria de aviação civil

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou ontem a criação da Secretaria Nacional de Aviação Civil, com *status* de ministério, por meio da Medida Provisória 527/11.

Para ele, foi uma decisão acertada da presidente Dilma Rousseff desvincular a estrutura aeroportuária do Ministério da Defesa, já que a Infraero, estatal responsável pelo setor, não tem produzido resultados satisfatórios.



Ricardo Ferraço

Moreira Matiz/Senado Federal



Romero Jucá

Jucá anuncia avanço do Luz para Todos em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que foi finalizada a programação do Luz para Todos em Roraima para 2011. Ele assinalou que a programação não cobrirá todo o estado e a luz ainda não chegará a todos, mas ressaltou que os recursos já estão garantidos para este ano.

Jucá informou que serão instaladas 8.846 ligações, sendo 7.716 no interior, a cargo da companhia estadual de energia.

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Aníbal defende outorga menos burocratizada

Aníbal Diniz (PT-AC) elogiou a decisão do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, de desburocratizar a outorga de serviços de radiodifusão, em especial para as rádios comunitárias. O ministro, lembrou Aníbal, também aceitou o argumento de que a potência de 25 watts para uma rádio comunitária é incompatível com as dimensões e as distâncias das comunidades da Amazônia – disse.



Aníbal Diniz

Hora de acertar as contas com o Leão

Desde 1º de março, a Receita Federal colocou à disposição dos contribuintes o programa do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2011. Neste ano, a declaração deve ser feita pela internet, pois o formulário de papel foi definitivamente apo-

sentado. O disquete continua sendo aceito e deverá ser entregue nas agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Confira nesta edição as informações necessárias para que o contribuinte evite problemas e cumpra seu dever com o fisco.

Gastos que podem ser abatidos do IR

O contribuinte que optar por fazer a declaração completa poderá deduzir do IR os gastos com educação, saúde e empregado doméstico em 2010.

- Dependentes** – R\$ 1.808,28 por dependente.
- Educação** – Apenas os gastos realizados com educação formal (do infantil ao superior), limitados a R\$ 2.830,84 por dependente. Não podem ser deduzidas despesas com escolas de idiomas, artes, esportes e cursos preparatórios para vestibulares e concursos. Os gastos indiretos com educação também não podem ser descontados (como material escolar, computador, uniforme, transporte, etc.).
- Saúde** – Não há limite para despesas do contribuinte e seus dependentes: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, além de exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias. Gastos com o animal de estimação ou com consultas para parentes e amigos não podem ser abatidos.
- Empregado doméstico** – Podem ser deduzidos os gastos do pagamento de INSS do empregado registrado em carteira, limitados a um empregado e ao valor de R\$ 810,60.
- Previdência** – Contribuições à previdência oficial, privada e Fapi, limitados a 4% do imposto a pagar.
- Pensão alimentícia** – Podem ser deduzidos os valores pagos durante o ano. Guardar os recibos dos pagamentos assinados por quem recebeu o benefício.

Reúna antes todos os documentos

Antes de iniciar a prestação de contas, é bom reunir os documentos e recibos que deverão ser informados.

Para declaração simples e completa

- Documentos pessoais: Cadastro de Pessoa Física (CPF), título de eleitor, CPF do cônjuge (se for o caso), endereço completo e documentos de dependentes (se for o caso).
- Número do recibo da declaração de Imposto de Renda 2010. O dado não é obrigatório, mas as declarações com esses dados terão preferência na hora do processamento.
- Informes de rendimentos e salários, fornecidos pela empresa empregadora. Aposentados e pensionistas precisam dos informes do INSS.
- Informes de rendimentos bancários e aplicações financeiras, como poupança, fundos de renda fixa e ações.

Para a declaração completa

- CPF de dependentes com mais de 18 anos.
- Informes de rendimentos de dependentes e do cônjuge, caso a declaração seja feita em conjunto.
- Relação de compra e venda de bens (imóveis e veículos, por exemplo).
- Recibos de despesas médicas com valor pago, nome e CPF do beneficiário (pessoa física) ou CNPJ (caso de empresas).
- Recibos de despesas com educação com o CNPJ ou CPF do beneficiário.
- Lista de aluguéis recebidos e dados dos imóveis alugados (endereço, valor recebido, nome e CPF do locador).
- Relação de doações recebidas ou feitas, como um carro recebido de presente ou dado, com respectivo CPF e CNPJ do doador ou beneficiário.
- Comprovante de regularidade do empregado doméstico no Regime Geral de Previdência Social.
- Nome completo do empregado doméstico e valor pago.
- Valores pagos ou recebidos por pensão alimentícia. Só valem, no caso, valores acertados judicialmente.

Importante – O contribuinte deve guardar até 2016, portanto, por cinco anos, o informe de rendimentos do trabalho fornecido pela empresa, o informe dos bancos sobre aplicações e os recibos dos gastos dedutíveis. Esses documentos não precisam ser apresentados, mas se a declaração cair na malha fina, a Receita Federal poderá pedi-los.

Como decidir-se entre a completa e a simplificada

Há dois tipos de declaração: a completa e a simplificada. Na dúvida, faça a completa e o próprio programa permitirá que você verifique se ela é a mais adequada. A simplificada oferece o desconto padrão de 20% (limitado a R\$ 13.317,09) e não é necessário indicar ou comprovar as despesas. Este tipo é mais apropriado para contribuinte sem filhos e com deduções menores do que os 20% do imposto pago ou inferiores a R\$ 13.317,09. Já quem tem muitas deduções (mensalidade escolar, dependentes, plano de saúde, dentistas), superiores a 20% do imposto pago, receberá devolução maior pelo modelo completo. A completa é obrigatória para quem pretende compensar prejuízo da atividade rural ou imposto pago no exterior.

ATENÇÃO

A partir deste ano, o contribuinte que fraudar a declaração para obter uma restituição maior poderá ter que pagar multa de até 75% sobre o que for pago indevidamente.

Confira quem deve declarar este ano

- Rendimento tributável superior a R\$ 22.487,25 (salários, *pro labore* e participação nos lucros e resultados), aluguéis, pensões, aposentadoria e atividade rural.
- Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil (lucros e dividendos, poupança, aplicações financeiras, 13º salário, prêmios e juros pagos ou creditados de capital próprio).
- Ganho de capital na venda de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realização operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.
- Quem, em 31/12/2010, teve a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil.
- Quem passou a ser residente no país no ano passado.
- Quem optou pela isenção do imposto sobre o ganho na venda de imóveis residenciais que tenha sido aplicado na aquisição de outro imóvel no prazo de até 180 dias após a venda.
- Atividade rural: teve receita bruta superior a R\$ 112.436,25 ou deseje compensar em 2010 prejuízos de anos anteriores ou do próprio ano.

Prazo final é 29 de abril

Até as **23h59min59s** para transmissão pela internet, por meio do programa Receitanet. Se a declaração não for processada até este horário, o contribuinte poderá ficar sujeito a multa mínima de **R\$ 165,74**, mesmo que não tenha imposto a pagar. Caso tenha restituição, a multa será deduzida do valor. A multa máxima poderá chegar a **20%** do imposto devido. Até esta data, as transmissões podem ser feitas todo o dia, exceto entre 1h e 5h. Até o horário de fechamento das agências do **BB** e da **Caixa**, no caso de entrega de **disquetes**. Entrega de declaração em atraso pode ser feita pela internet ou por disquete nas unidades da Receita Federal.



Casos em que a declaração não é exigida

O contribuinte que recebeu menos de R\$ 22.487,25 em 2010 está dispensado de fazer a declaração, assim como os portadores de doenças graves, sem limites de rendimentos, desde que se enquadrem nas duas situações seguintes:

- recebam apenas aposentadoria, pensão ou reforma, incluindo a complementação recebida de entidade privada, e pensão alimentícia;
- sejam portadores de doenças graves, tais como Aids, câncer, contaminação por radiação, Parkinson, doença grave do coração ou dos rins em estágio avançado, esclerose múltipla, fibrose cística e hanseníase (*confira a lista completa no site da Receita*).

Se o portador de uma ou mais dessas doenças recebe renda de outras fontes, deve fazer a declaração.

Despesas médicas serão checadas pela Receita

O programa para declarar o IR está a cada ano mais amigável. Por outro lado, a cada ano o Leão tem novidades para impedir fraudes. Em 2011, as despesas médicas declaradas serão cruzadas com a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed), documento com pagamentos recebidos de clientes que deverá ser apresentado por prestadores de serviço e operadoras de planos privados.

Outras tentativas comuns já sofrem fiscalização intensa, como a omissão total ou parcial de rendimentos e de aluguéis e a compra e venda de imóveis.

Apenas na CAE, existem 93 projetos mudando as regras

Apenas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tramitam 93 projetos apresentados pelos senadores para propor mudanças nas regras do IR. Boa parte sugere a ampliação da lista de doenças graves cujos portadores passariam a ser isentos. Há projetos para aumentar as possibilidades de dedução do imposto devido, como os gastos com medicamentos de uso contínuo e aluguéis. Outras propostas tratam de estabelecer regras para reajustar as alíquotas da tabela progressiva do IR ou criar mecanismo de correção dos valores de imóveis. Há também projetos para aumentar a idade dos dependentes para fins de desconto com educação e saúde.

Para saber detalhes sobre cada um desses projetos, consulte <http://migre.me/45AZ9>.

Saiba mais

Secretaria da Receita Federal do Brasil
www.receita.fazenda.gov.br

Conselho Federal de Contabilidade
SAS, quadra 5, lote 3, bloco J, edifício CFC
Setor de Autarquias Sul
Brasília (DF) – CEP 70070-920
(61) 3314-9600
cfc@cfc.org.br
<http://migre.me/45CwK>

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL



Alíquotas do Imposto de Renda

Tabela progressiva para o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física para o exercício de 2011, ano-calendário 2010

Base de cálculo (em R\$)	Alíquota (em %)	Parcela a deduzir do imposto (em R\$)
cálculo mensal		
• Até 1.499,15	zero	zero
• De 1.499,16 até 2.246,75	7,50%	112,43
• De 2.246,76 até 2.995,70	15%	280,94
• De 2.995,71 até 3.743,19	22,50%	505,62
• Acima de 3.743,19	27,50%	692,78
cálculo anual		
• Até 17.989,80	zero	zero
• De 17.989,81 até 26.961,00	7,50%	1.349,24
• De 26.961,01 até 35.948,40	15%	3.371,31
• De 35.948,41 até 44.918,28	22,50%	6.067,44
• Acima de 44.918,28	27,50%	8.313,55

Pessoas que podem ser dependentes

- Cônjuge ou companheiro com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de cinco anos.
- Filho ou enteado de até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho; e de até 24 anos, se ainda estiver cursando o ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
- Irmão, neto e bisneto sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, de até 21 anos, ou, em qualquer idade, quando inca-

- pacitado física ou mentalmente para o trabalho; ou de até 24 anos, se estiver cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
- Pais, avós e bisavós que tenham recebido em 2010 rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$ 17.989,80.
- Menor pobre, de até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque, desde que detenha sua guarda judicial.
- Tutelados e curatelados que dependam totalmente do contribuinte, por serem incapazes.